



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0003404-83.2018.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
Requerente: **Leonardo Henrique Basaglia**  
Requerido: **TEREZINHA RAMOS DA SILVA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido uma motocicleta à ré, comprometendo-se ela a realizar a transferência para o seu nome.

Alegou ainda que a ré não o fez, tomando ciência recentemente da existência de débito atinente ao veículo – e referente a período posterior à venda levada a cabo.

Almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em realizar a transferência da motocicleta para o nome dela, assumindo os encargos incidentes, bem como, as respectivas pontuação das multas.

A ré em contestação reconheceu a aquisição da motocicleta em apreço, mas ressaltou que a motocicleta foi apreendida pela autoridade policial e recolhida ao pátio.

Reconhecida a culpa, o pleito merece acolhida.  
De qualquer sorte, como a obrigação em realizar



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

a transferência do veículo é do comprador (art. 123, § 1º, do CTB), e como é incontroverso que a ré não a implementou, sua condenação a isso é de rigor.

Ressalvo, quanto aos demais assuntos levantados, a eventual liberação não autorizada da motocicleta do pátio, bem como, a ocorrência de outras multas após sua apreensão, extrapolam o âmbito da lide, e deverão ser dirimidas pela requerida em ação própria e contra quem de direito, não podendo tais fatos ter qualquer reflexo ao autor deste feito.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a transferir para o seu nome a motocicleta indicada nos autos, bem como todas as multas e respectivos pontos aplicadas após 25/01/2013.

Ressalvo, que tendo em vista a impossibilidade da ré em cumprir com a obrigação imposta, deverá, desde já, ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para a ré.

Igualmente, deverá ser oficiado ao DETRAN para a transferência para o nome da ré da pontuação das multas relativas ao veículo aplicadas após fevereiro de 25/01/2013.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intím-se.

São Carlos, 24 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**